



Brasília, 30 de abril de 2019.

**CCJ RETOMOU VOTAÇÃO DE RELATÓRIO DA PEC 06/19 NO DIA 23.04.2019
INSTALADA A COMISSÃO ESPECIAL DIA 25.04.2019**

Na retomada da votação foram apresentados 13 votos em separado, contestando o parecer e questionando pontos da reforma que podem ser considerados inconstitucionais ou estão desvinculados da Previdência Social. O texto retirou da Constituição vários dispositivos que hoje regem a Previdência Social, transferindo a regulamentação para lei complementar. A proposta apresentada suprime direitos sociais conquistados ao longo dos anos e altera o sistema de repartição pelo de capitalização.

Segundo o governo, a reforma tem o objetivo de reduzir despesas e combater privilégios, mas na verdade penaliza duramente o trabalhador e não protege a população dos riscos sociais, aumenta as desigualdades, desrespeita regras de transição de Emendas Constitucionais anteriores, cria contribuição ordinária progressiva e também a possibilidade de contribuição extraordinária do servidor, aposentado e pensionista.

A PEC significa o fim da aposentadoria por tempo de contribuição para todos (as) trabalhadores e trabalhadoras. A tabela de contribuição (trabalhadores e servidores públicos) passa a ser construída por faixas, com alíquotas escalonadas e crescentes. Para os servidores públicos, alíquotas vão de 7,5% até 22%, contra os atuais 11% à 14%. A idade mínima aumenta imediatamente para todos, em especial para mulheres, trabalhadoras rurais e professoras. Mesmo com o pedido de mandado de segurança pelos deputados federais da oposição na Justiça para impedir a votação do texto de reforma na CCJ, não houve considerações e foi aprovado.

Na aprovação na CCJ houve alteração de 4 pontos:

- 1) o trecho que iria acabar com a obrigatoriedade de as empresas depositarem o FGTS para funcionários que recebem alguma aposentadoria, mas continuam trabalhando e a exigência do pagamento da multa de 40% sobre o FGTS em caso de demissão de funcionário já aposentado, deixando tudo como é hoje;
- 2) também foi retirado trecho que mudava a aposentadoria compulsória por lei complementar — que exige menos votos do que emenda à Constituição, como é hoje. Se fosse mantida, a idade máxima para aposentadoria dos servidores seria definida pelo governo e poderia ter impacto na composição dos ministros do Supremo. Recentemente, a idade máxima foi elevada de 70 para 75 anos, o que permitiu que os ministros do Supremo Tribunal Federal e de outros tribunais ficassem mais tempo no cargo;
- 3) outra mudança está no item que dava exclusividade ao governo de apresentar projeto de lei complementar (desconstitucionalização) para mudar as regras da Previdência. Isso passa a ser compartilhado com o Congresso; e



4) o governo também recuou na parte que excluía o foro de Brasília para resolver questões judiciais contra a União envolvendo a Previdência (foro nacional).

Comissão Especial

Instalada a Comissão Especial sobre a reforma da Previdência após a aprovação da admissibilidade da PEC 06/19 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), aprovado por 48 votos a favor e 18 contra, a Reforma da Previdência na noite de terça-feira (23/04).

A Comissão Especial que vai analisar o mérito que foi instalada na quinta-feira (25/04), e o presidente escolhido foi o deputado Marcelo Ramos (PR-AM). A relatoria ficará com o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP).

A Tramitação agora passa a ser na Comissão Especial e terá até 40 sessões para concluir seus trabalhos. As primeiras 10 sessões são para apresentação de emendas de alteração da PEC 06/19. Se aprovada, a proposta de reforma da Previdência será analisada pelo Plenário da Câmara em dois turnos de votação e precisa de pelo menos 308 votos para aprovação. Caso isso aconteça, o texto seguirá para o Senado.

A FASUBRA orienta que as bases sindicais procurem os parlamentares de seus Estados para que possam conquistar o seu apoio e barrar a reforma da Previdência na Comissão Especial.

SUBCOMISSÃO ESPECIAL DA SEGURIDADE DA MULHER DISCUTE PLANO DE TRABALHO

A Subcomissão Especial da Seguridade Social da Mulher é presidida pela deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS) e tem a tarefa de discutir o impacto da PEC 06/19 sobre a vida das mulheres. A deputada pretende promover debates inovadores, ressaltando vários segmentos, como por exemplo, mulheres encarceradas, empregadas domésticas, indígenas, trabalhadoras rurais, entre outras. “Queremos ouvi-las! É preciso dar voz a estes segmentos femininos”, afirmou.

Reunião Deliberativa de apreciação e sugestões para alterações no Plano de Trabalho com propostas para realização de Audiências Públicas nos Estados e de outros eventos foi realizada na última semana.

A FASUBRA vem participando das discussões como convidada.

A FASUBRA SINDICAL ACOMPANHOU O DEBATE “REFORMA DA PREVIDÊNCIA” NA SEDE DO SINPRO-DF (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL)



No dia 24 de abril de 2019, a FASUBRA esteve presente no debate “Reforma da Previdência: o fim do seu direito à aposentadoria”.

O palestrante Marcos Rogério – advogado, da ABJD (Associação Brasileira de Juristas pela Democracia), falou sobre a proposta que está sendo discutida e que destrói o modelo de Seguridade Social. Ele recorda que foi uma conquista dos trabalhadores com muito sacrifício desde 1988. Marcos destacou os pontos que mais afetam os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, caso a PEC 06/19 seja aprovada.

“A Constituição criou um sistema que coloca no centro o valor social do trabalho, a dignidade da pessoa humana, coloca a justiça social como centro do modelo econômico. Ela garante o sistema de proteção dos trabalhadores, se um trabalhador perde por algum motivo a sua capacidade de trabalho, seja por motivo de doença ou outro motivo, o sistema atual protege esse trabalhador, pois a Seguridade Social envolve a Saúde, a Assistência e a Previdência. A proposta de Bolsonaro destrói esse pilar central da Constituição que é o sistema de proteção social. É um ataque ao estado de bem-estar social e não podemos abrir mão disso”, afirmou.

De acordo com o advogado, o sistema de Assistência Social acolhe os mais necessitados, para enfrentar a pobreza, a miséria. “O BPC (Benefício de Prestação Continuada) é o principal instrumento que protege os idosos com mais de 65 anos e as pessoas com deficiência. A reforma tira da Constituição a referência ao BPC e coloca no lugar uma renda mínima, que reduz para R\$ 400,00 a renda dos idosos pobres acima de 60 anos. Essa renda só alcança um salário mínimo aos 70 anos, já que a média de pessoas em estado de pobreza vivem geralmente até os 73 anos. É uma lógica muito cruel que ataca o pedacinho da sociedade que mais precisa e é mais vulnerável”, explicou.

Em relação ao ataque ao trabalhador e trabalhadora rural, Marcos disse que a proposta passa a obrigar que esses trabalhadores comprovem efetivamente a contribuição e não o tempo de serviço, o que, em sua análise, expulsa da Previdência milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais. “Essa lógica é para o trabalhador de carteira assinada e não se aplica ao campo. É um projeto que vai mudar a cara do país. Vai voltar para o campo aquelas cenas de que o campo era visto como símbolo maior de atraso. A PEC 06/19 ataca os mais pobres, não tem nada a ver com privilégios”, reforçou.

O palestrante também disse que a mulher trabalhadora será duplamente prejudicada. “Hoje ela aposenta com 55 anos e com a reforma passará para 60 anos, mostrando que o governo não tem nenhuma sensibilidade para a pauta das mulheres”.

Uma outra forma de exclusão que a reforma da Previdência cria é aumentar a carência de 15 para 20 anos de contribuição. “Ao elevar para 20 anos, o pobre é excluído da Previdência. Essas pessoas não conseguem comprovar 15 anos de contribuição, com 20 anos não terá a menor chance. São as pessoas que estão na informalidade. Além disso, cerca de 70% das mulheres não vão conseguir se aposentar com 20 anos de contribuição por conta da dupla jornada, da maternidade, entre outros aspectos”, afirmou.



DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

O dia 24 de abril marcou o “Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação”, com mobilizações e paralisações das entidades de base nas IPE (Instituições Públicas de Ensino) em todo o país. O dia foi de preparação para a greve geral do setor da educação, marcada para o dia 15 de maio de 2019. Os trabalhadores e trabalhadoras em educação realizaram atos contra a destruição da Previdência Social, prevista na PEC 06/19, e também contra todos os retrocessos e ataques à educação, uma das áreas mais afetadas pelo atual (des) governo.

Durante a reunião ampliada da categoria, entre a Direção da FASUBRA e dirigentes de entidades de base, realizada nos dias 12 e 13 de abril em Brasília, foram debatidos os seguintes encaminhamentos de luta em defesa das IPE:

- Defesa da Autonomia Universitária.
- Campanha pela Democracia das IPE: Reitor Eleito, Reitor empossado.
- Não à Lava jato da Educação.
- Construção de um Encontro Nacional do Setor da Educação.

LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR PELA VALORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

No último dia 24, a FASUBRA Sindical participou no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, do lançamento da Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais. A Frente é composta por 250 deputados federais e mais de 10 senadores. No lançamento estiveram presentes 75 deputados e 5 senadores, além de reitores, professores, estudantes (UNE e ANPG), Técnico-Administrativos em Educação e representantes de entidades da área educacional. A FASUBRA compôs a mesa e falou da importância da revogação da EC 95, da democracia nas universidades federais, entre outros assuntos. A bandeira da Federação é por uma educação gratuita e de qualidade.

A cerimônia de lançamento da frente destacou as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelas IES públicas. A presidente da Frente, deputada Margarida Salomão (PT/MG) falou sobre a importância da defesa das universidades, conclamando os parlamentares a participarem ativamente das reuniões da Câmara e do Senado que tratem de questões relativas ao ensino superior, também salientou a importância da atuação dos reitores, tanto nos atos em Brasília, quanto em suas regiões, buscando o apoio de representantes políticos e da sociedade civil.



A finalidade da Frente é a valorização das Universidades Públicas, denunciar o desmonte do ensino superior, o desrespeito a democracia e autonomia universitária como também construir a resistência aos ataques que as universidades vêm sofrendo.

Ataques esses que poderão provocar incalculáveis prejuízos ao desenvolvimento intelectual, científico, tecnológico e cultural.

O Ministério da Educação (MEC) vem se negando a efetivar a nomeação de reitores após consultas nas universidades, desvinculando recursos para a educação e militarizando nas escolas. Tendo como plano de fundo o desmonte da educação pública e a perseguição ideológica, o MEC abre cada vez mais espaço para o Ensino Domiciliar e o projeto Escola sem Partido, intensificando o aprofundamento das políticas de mercantilização e privatização da educação no país.

AUDIÊNCIA DISCUTE PLANOS DE SAÚDE E A CRESCENTE POPULAÇÃO IDOSA

A FASUBRA Sindical esteve presente na audiência pública, no dia 24 de abril de 2019, para discutir os planos de saúde e a crescente população idosa no Brasil. A audiência foi realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e contou com a participação de entidades sindicais, 24 deputados (as) federais e diversos órgãos de defesa do consumidor.

Para o deputado Alexandre Padilha (PT/SP), ex-ministro da Saúde, a população de mulheres acima de 60 anos sofre discriminação e dificuldades para ter atendimento médico e ainda sofre com o excesso de pedidos de exames que, na maioria das vezes, são repetidos e nem sempre necessários. Outra afirmação de Padilha é que os planos de saúde e hospitais fazem segmentação e não aceitam, geralmente, usuários com doenças pré-existentes ou crônicas.

Sobre os reajustes abusivos, representantes da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) explicaram que a Agência não interfere nos preços dos planos empresariais, apenas nos individuais e que isso gera um grande número de reclamações de consumidores à ANS.

Para a presidente da Comissão, deputada Lídice da Mata (PSB/BA), é necessário que os planos de saúde respeitem o Estatuto do Idoso e aprendam a tratar as pessoas com mais de 60 anos com dignidade para que não sofram em momentos tão difíceis de suas vidas. Outra constatação é que o idoso, quando necessário, não recebe os cuidados que precisa no dia a dia e que o mercado é excluyente para a melhor idade e não leva em conta nem a participação em planos antigos.

A audiência pública extraordinária foi solicitada pela deputada Lídice da Mata e contou com as presenças do secretário de Controle Externo da Saúde do Tribunal de Contas da União – TCU, Carlos Augusto de Melo Ferraz; do diretor-executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde, José Cechin; da advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec Ana Carolina Fernandes da Cunha; das representantes da ANS Daniela Rodrigues Campos e Ana Paulo Silva Cavalcante; do coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria



Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça – Senacon, Andrey Freitas; e do presidente da Federação Brasileira de Órgãos de Defesa do Consumidor – Febracon, Ricardo Dias Holanda.

A FASUBRA SINDICAL ESTEVE PRESENTE NO ACAMPAMENTO TERRA LIVRE, NO DIA 25 DE ABRIL DE 2019

Aproximadamente 4 mil Indígenas de todas Etnias e regiões do País participaram em Brasília da 15ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL). Conforme a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), 2019 iniciou um contexto gravíssimo, com a edição da Medida Provisória (MP) 870, que desmontou a FUNAI, órgão responsável pela política indigenista do Estado brasileiro, transferindo o mesmo, do Ministério da Justiça para o recém-criado Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Para Sonia Guajajara, o discurso oficial do governo Bolsonaro retoma uma política da época da ditadura de integração do índio à sociedade. “O que está em disputa hoje é a terra. Bolsonaro disse que a cavalaria do Brasil, ao contrário da americana, é incompetente, por não ter conseguido exterminar os indígenas. Mas estamos aqui em Brasília para mostrar que a resistência é muito maior do que se imagina”, ressalta.

“Essa mesma medida retirou as atribuições de demarcação de terras indígenas e o licenciamento ambiental nas Terras indígenas da FUNAI e entregou para a Secretaria de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, sob comando da bancada ruralista. Daí seguiu-se uma série de ataques e invasões articuladas contra as terras indígenas, perseguição e expressão de racismo e intolerância aos nossos povos e nossas vidas”, destaca.

“Querem entregar nossos territórios para as grandes empresas multinacionais”, denuncia Sônia Guajajara. A indígena ainda aponta que estas empresas consideram apenas o lucro e a ganância. “O que importa para estas empresas e o governo é o PIB, a bolsa de valores. Mas nós, defendemos nossa terra, nossa vida”, destaca.

Os indígenas pedem a demarcação de terras e a manutenção de direitos básicos, como a demarcação dos territórios, o acesso à saúde e à educação. Nos três dias de ATL foi realizado vigília no STF; audiência pública na Câmara dos Deputados para debater “O papel dos povos indígenas na proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável e as consequências da MP 870/19”; saudações dos movimentos sociais nacionais e internacionais; plenária nacional das mulheres indígenas, entre outros. O evento aprovou a agenda de lutas.

Os povos indígenas realizaram uma marcha na Esplanada dos Ministérios, para protestar contra os ataques do governo Bolsonaro. O evento que ocorre anualmente, iniciou na quarta-feira (24) e terminou no dia (26) com a aprovação do documento final, além de uma noite cultural, com apresentações indígenas e não indígenas. O tema deste ano foi “Sangue indígena, nenhuma gota a



mais”. A FASUBRA Sindical esteve presente no ATL, na tarde de quinta-feira (25), e acompanhou parte da programação.

NOTA DE REPÚDIO: ATAQUES SUCESSIVOS À EDUCAÇÃO AGRIDEM EDUCADORES

Os trabalhadores e trabalhadoras em Educação anunciam greve geral a partir do dia 15 de maio em todo o país contra os retrocessos e ataques do governo Bolsonaro ao setor. E o governo não para. Na última semana, as declarações tanto do presidente quanto do ministro da Educação, Abraham Weintraub, não agradaram educadores, entidades acadêmicas e entidades sindicais, entre elas a FASUBRA.

Nota de repúdio conjunta da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (Anpof) e assinada por outras 27 associações de pesquisadores de áreas de humanidades, como ciências sociais, educação, jornalismo, religiões, cultura e psicologia, destaca que “as declarações do ministro e do presidente revelam ignorância sobre os estudos na área, sobre sua relevância, seus custos, seu público e ainda sobre a natureza da universidade”.

“O ministro e o presidente ignoram a natureza dos conhecimentos da área de humanidades e exibem uma visão tacanha de formação ao supor que enfermeiros, médicos veterinários, engenheiros e médicos não tenham de aprender sobre seu próprio contexto social nem sobre ética, por exemplo, para tomar decisões adequadas e moralmente justificadas em seu campo de atuação. Ignoram que os estudantes das universidades públicas, e principalmente na área de humanidades, são predominantemente provenientes das camadas de mais baixa renda da população. Ignoram, por fim, a autonomia universitária, garantida constitucionalmente, quando sugerem o fechamento arbitrário de cursos de graduação”, diz a nota.

No último sábado (28/04), o presidente Bolsonaro divulgou em uma rede social um vídeo de uma professora em sala de aula, filmado por uma aluna, seguido da frase: “Professor tem que ensinar e não doutrinar”. Ao comentar o episódio ao jornal O Estado de S. Paulo, o ministro da Educação disse que filmar professores em sala de aula é um direito dos alunos porque se trata “da liberdade individual de cada um”.

A FASUBRA Sindical se junta às Instituições contra os sucessivos ataques à Educação e reforça sua defesa por uma educação pública, democrática, gratuita e de qualidade.

[Veja a nota na íntegra](#)

FASUBRA SINDICAL LAMENTA CENSURA A CAMPANHAS PÚBLICAS

Uma campanha publicitária do Banco do Brasil de 30 segundos, que já estava no ar e era voltada para o público jovem, com atores negros e brancos, representando a diversidade do país, foi censurada



pelo presidente Bolsonaro no último dia 25 de abril e retirada do ar. O diretor de Comunicação e Marketing do BB, Delano Valentim, acabou sendo demitido com o episódio. A informação foi divulgada pelo jornal O Globo.

Um dia após o veto, o governo chegou a anunciar que as campanhas publicitárias das estatais e ministérios passariam pelo crivo do Palácio do Planalto, mas voltou atrás porque reconheceu que a medida fere a lei das estatais.

Esta não é a primeira vez que o governo censura campanhas publicitárias, como ocorreu com cartilha do Ministério da Saúde no início do ano voltada para mulheres trans e, logo em seguida, no carnaval.

A FASUBRA Sindical lamenta o que vem ocorrendo no país, pois considera que a censura é completamente incompatível com a expressão de liberdade e a democracia. Com base em critérios morais ou políticos, o governo vem buscando manipular a sociedade brasileira, o que representa um retrocesso sem precedentes.

ABAIXO ASSINADO: AINDA NÃO FEZ A SUA PARTE? JUNTE-SE A ESTA LUTA!

As centrais sindicais lançaram a campanha nacional de coleta de assinaturas contra a destruição da Previdência Social. As entidades de base devem participar ativamente e coletar assinaturas em todo o país contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/19.

A medida faz parte do calendário de ações contra a reforma da Previdência e busca mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras, rumo à greve geral, além de esclarecer a população o quanto a proposta é perversa.

Após as assinaturas, as centrais sindicais irão entregar o documento ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, no dia 1º de maio, na intenção de barrar a PEC 06/19.

[Imprima o abaixo-assinado e recolha o maior número de assinaturas.](#)

A FASUBRA orienta as Bases Sindicais que realizem um dia de Greve Geral da Educação no dia 15 de maio de 2019.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO FONASEFE 23.04.2019

Entidades presentes: ASFOC/SN (Paulo Garrido); FENASPS (Laurizete Gusmão e Giulio Cesar); SINASEFE (Janaina Fanchin, David Lobão e Paulo Reis); SINAIT (Marco Aurélio); Fenajufe (Edmilton); ANDES-SN (Antônio Gonçalves, Eblin Farage, Fernando Júnior, Katia Vallina); CSP-Conlutas (Saulo Arcangeli), SINDRECEITA (Breno Rocha)

Pauta aprovada:



- 1) Informes e avaliação de Conjuntura;
- 2) Mobilização contra a Reforma da Previdência e MP 873/19; e
- 3) Outros assuntos e encaminhamentos

Iniciou-se a reunião às 17h45 e os trabalhos da Mesa Diretora ficaram sob responsabilidade de Laurizete Gusmão (FENASPS) e Saulo Arcangeli (CSP CONLUTAS)

- 1) Informes e Avaliação da Conjuntura.

As entidades apresentaram seus informes sobre a mobilização contra a Reforma da Previdência e a MP 873/19, seus calendários de luta e os dirigentes fizeram uma análise da conjuntura nacional e os desafios de organização das bases para o enfrentamento à reforma.

- 2) Mobilização contra a Reforma da Previdência e a MP 873/19

Foi feito um balanço por parte das entidades sobre o cumprimento do calendário de mobilização nos estados, as atividades semanais no aeroporto de Brasília e o trabalho no Congresso Nacional (inclusive dia de hoje-votação da Reforma da Previdência na CCJ). Com a ida da Reforma da Previdência para a Comissão Especial, verificou-se a necessidade de fortalecer a campanha contra a Reforma da Previdência a partir das nossas entidades e na participação nos fóruns e comitês de luta nos estados.

- 3) Outros assuntos e encaminhamentos

- Criação de uma comissão (ANDES e ASFOC) que confeccione peças de mídia do Fonasefe contra a Reforma da Previdência (spot de rádio, outdoor padronizado, criação de uma arte e música para a campanha etc...)
- Ratificamos a necessidade de intensificar o trabalho de recepção dos parlamentares no aeroporto de Brasília (segundas-feiras à tarde) e (terças-feiras manhã) e, também no retorno aos seus estados, a ser garantido pelas entidades que compõem o FONASFE e suas entidades filiadas nos estados;
- Ratificar a necessidade de elaborar um mapeamento dos deputados já visitados pelas entidades do Fonasefe, com um quadro das suas posições (apresentar na próxima reunião do Fonasefe, no dia 07.05);
- Próxima reunião do Fonasefe: 07.05.19, às 16h, na sede do ANDES, com a seguinte proposta de pauta: 1) Informes e Avaliação de Conjuntura; 2) Mobilização e Campanha de Mídia contra a Reforma da Previdência; 03) Outros assuntos



Calendário:

- 30/04: Dia Nacional de Luta nas bases do Sinasefe
- 01/05: Dia Internacional do Trabalhador contra a Reforma da Previdência e contra o desemprego
- 15/05: Dia nacional de Luta na Educação (greve na educação) e no serviço público (com mobilizações, assembleias e atos) contra a Reforma da Previdência, rumo à greve geral.
- 22/05: Reunião com o Presidente do STF Dias Tofoli (apresentação da pauta da campanha salarial 2019 dos SPF's)
- 13/06: Data do julgamento da data base do funcionalismo no STF. O FONASEFE e FONACATE devem elaborar campanha específica para essa reivindicação.
- 25/07 :Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha.

Relatório elaborado por e Saulo Arcangeli (CSP CONLUTAS).

FONASEFE

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

MAIO	
1º	Dia de Luta do Trabalhador: Dia Nacional de luta unificado contra a Reforma da Previdência e MP 873/19
13	Dia Nacional de Luta com atos e ou manifestações no município onde mora o parlamentar membro da comissão mista MP 873
15	Greve geral do setor da educação em todo o país.